ESTADO DE MINAS

Publicado em 07/06/2024 - 05:55

Reajuste aprovado

FUNCIONALISMO

ASSEMBLEIA APROVA REAJUSTE DE 4,62% PARA SERVIDORES

Oposição se prepara agora para outra batalha contra o governo Zema, que quer alterar a contribuição dos funcionários públicos para os institutos de Previdência

BERNARDO ESTILLAC

A proposta do governador Romeu Zema (Novo) para reajuste salarial dos servidores foi aprovada ontem em segundo turno na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O Projeto de Lei (PL) 2309/2024 foi aprovado por unanimidade com 64 votos e prevê correção de 4,62% – percentual relativo ao IPCA de 2023 – nos vencimentos do funcionalismo público, retroativos a janeiro deste ano. Emendas da oposição e de deputados classistas que tentavam aumentar o percentual desse reajuste foram derrotadas em plenário.

O dia foi o desfecho de quase um mês de tramitação do projeto na Assembleia e um acirramento com a base governista de um lado e oposição e parlamentares classistas do outro. A vitória nos placares foi para Zema, mas seus adversários apostam em um desgaste suficiente nas próximas semanas, que devem ser marcadas pela votação de projetos do Executivo que alteram a contribuição dos servidores para institutos previdenciários.

Foram votadas, além do texto principal, 11 emendas ao texto. As principais pediam um acréscimo de 5,79% ao reajuste, percentual relativo às perdas inflacionárias de 2022. Em diferentes textos, havia medidas que previam a majoração para todos os servidores e outras que se limitavam aos agentes de segurança pública. Todas foram derrotadas com placar de 28 a 36.

Com galerias lotadas de servidores em protesto, a sessão foi marcada pela vitória da bancada governista em todas as votações. No saldo final, apenas os 4,62% propostos pelo Executivo foram aprovados. O funcionalismo pedia também a revisão da inflação de 2022, que não foi corrigida nos vencimentos pelo Executivo.

O reajuste dos servidores tomou todo o dia na Assembleia. A discussão começou no plenário às 10h e se estendeu até após as 16h, quando o projeto e as emendas foram, efetivamente, votados. Além das emendas que pediam a majoração do percentual do reajuste, outros pleitos do funcionalismo foram rejeitados.

Um deles foi a emenda nº 6, que pedia que os valores retroativos a janeiro deste ano fossem pagos em uma parcela única no mês seguinte à sanção do projeto. Outra proposta derrotada foi a emenda nº 17, que ampliava a correção aprovada para além dos vencimentos básicos do funcionário, sendo aplicada também aos complementos da folha de pagamento. Esta foi uma tentativa de evitar que trabalhadores que recebem menos de um salário mínimo como valor-base tivessem um aumento nulo com o reajuste.

LEANDRO COURI/ EM/ DA PRESS

O PROJETO DE REAJUSTE DOS SERVIDORES TOMOU TODO O DIA NA ASSEMBLEIA. A DISCUSSÃO COMEÇOU NO PLENÁRIO ÀS 10H E SE ESTENDEU ATÉ O FIM DA TARDE

A maioria das pautas rejeitadas no plenário em segundo turno fazia parte da cartela de reivindicações do funcionalismo público. Elas foram, com algumas diferenças de texto, apresentadas durante todas as etapas de tramitação do PL 2309/2024 como forma de adaptar o projeto original do Executivo. Em cada uma delas, as proposições saíram derrotadas.

RESPONSABILIDADE

Pouco vocal ao longo das quatro semanas de tramitação do projeto na Assembleia, a base governista sempre destacou que a proposta de reajuste considerada insuficiente pelo funcionalismo era a oferta possível dentro da realidade econômica do estado. Em nota enviada à imprensa após a votação, o líder do governo na Casa, João Magalhães (MDB), destacou novamente as questões fiscais. Ele afirmou que todas as emendas enviadas pela oposição foram analisadas e a rejeição completa das propostas revela um cuidado dos parlamentares com as contas públicas do Executivo.

"O resultado final da votação, com a aprovação unânime do texto base e a rejeição de emendas, demonstra a sensibilidade das deputadas e dos deputados sobre o tema. Somente por meio de uma gestão fiscal responsável será possível oferecer, aprovar e sustentar aumentos reais dos vencimentos do funcionalismo", afirmou Magalhães em trecho do texto.

Na contra-argumentação orçamentária, a oposição cita o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do próprio Executivo como um indicativo que o estado teve um aumento de mais de R$ 5 bilhões na Receita Corrente Líquida (RCL) só no primeiro quadrimestre de 2024 e o valor seria suficiente para chegar aos 10,67%.

10,67%

ERA O REAJUSTE PRETENDIDO PELOS SERVIDORES, QUE NÃO FOI APROVADO NA ASSEMBLEIA

PRÓXIMOS PASSOS

Apesar dos placares favoráveis à situação, a oposição aponta derrotas governistas ao longo da tramitação do PL 2309/2024, que começou em 14 de abril, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Destaca que situações como o adiamento da votação em primeiro turno após debandada da base, a votação apertada das emendas e o recuo na proposta original de 3,62% para atingir, ao menos, a inflação de 2023 representam que houve um desgaste de Romeu Zema para conseguir a vitória no plenário.

Em entrevista após a votação, Beatriz Cerqueira (PT) reiterou a visão do bloco Democracia e Luta de que Zema sai enfraquecido do processo de votação do reajuste. A deputada também anunciou que os próximos passos da oposição devem ser focados na votação de projetos do Executivo que reformam o financiamento do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg) e o Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPSM).

"Nosso próximo passo é a resistência para que o governo não desmonte o Ipsemg nem o IPSM. O governo saiu derrotado desse processo (do reajuste), saí desgastado. O governo tem 56 deputados na casa gente, a votação máxima que ele conseguiu foi 36 você avaliar a primeira e segundo turno, o governo teve uma baixa de 20 deputados na sua base na votação", afirmou.

LEIA MAIS NA PÁGINA 4

▶▶▶

FUNCIONALISMO

SERVIDORES REAGEM COM PROTESTOS CONTRA DEPUTADOS

Aos gritos de "vergonha" e "marionetes de Zema", manifestantes mostraram sua irritação com os parlamentares que votaram contra um aumento maior do que os 4,62%

TÚLIO SANTOS/EM/D.A PRESS

DESDE 14 DE ABRIL, SERVIDORES ACOMPANHAM COM PROTESTOS A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE REAJUSTE. ONTEM, MAIS UMA VEZ, ELES LOTARAM AS GALERIAS DO PLENÁRIO PEDINDO UM AUMENTO MAIOR

BERNARDO ESTILLAC, BRUNO NOGUEIRA E THIAGO BEMBO

Os servidores que acompanharam ontem a votação do reajuste do funcionalismo público mineiro na Assembleia Legislativa pediam que votassem pela não aprovação do projeto de aumento maior do que 4,62%. Aos gritos de "vergonha" e "marionetes de Zema", eles manifestaram toda a sua insatisfação com o projeto. Foi o último capítulo de uma batalha arrastada e de contornos. Desde o início da tramitação do Projeto de Lei 2309/2024, em 14 de abril, foram quase 50 dias de embates, ataques e rachas no parlamento, comparecidos de sessões com faixas, cartazes e falando muito mais em aumento maior do que o deputados votassem um aumento maior.

O reajuste de 4,62%, proposto pelo governador Romeu Zema (Novo), não é nem de longe o percentual que os servidores almejavam. Chegava até a gerar o apelido, entre os servidores, de "reajuste de 4,62 bilhões", em piada que oposição e da área de segurança pública ficaram sabendo que não foi bem sucedida. A principal delas era de um reajuste de 5,79%, que se aproxima à proposta de 4,62%. Com isso, as recomposição as perdas inflacionárias de 2022 foram mais. Uma proposta também foi rejeitada, "valores que não foi atendida do reajuste no pagamento do 13º salário, que ficou de 4,62% e não de 5,79%. Isso significa que o servidor recebeu menos desse benefício, ganhou R$ 1.412 a menos", valor do salário mínimo – "porque o governador Zema não quis pagar o que ele prometeu", disse que todos os servidores eram bem vindos na casa, mas pediu respeito aos deputados e que "não se pode ofender a classe trabalhadora, identificada quem estava ofendendo os parlamentares.

Para a deputada, a reação é natural. Legítima. Em parte da deterioração e tensão que cercaram isso. O que não pode haver são os excessos, independentemente do qual é o cenário. Recebo os ataques da melhor forma possível. Vague de cegueira da melhor forma possível. Vague mente, não vamos aceitar", disse o deputado.

62,7 mil

SERVIDORES RECEBEM MENOS OU ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO POR MÊS

LICENÇA

Apesar de não terem sido atendidos em suas principais reivindicações salariais, os servidores se mostraram satisfeitos com a nova vitória. Eles conseguiram a manutenção da ajuda de custo, como vale-alimentação, e a não cobrança de taxas de inativos, que, se aprovadas, de suas atividades, por Beatriz Cerqueira (PT), que, ao ser questionada, foi incorporada à redação final do projeto. Ela, que é professora da rede estadual de ensino, e por parlamentares, não recebem os benefícios em decorrência de licença para exercer a função de deputada. Beatriz Cerqueira (PT) previa que o benefício fosse mantido também para os servidores militares, que, como parte foi suprimida no substitutivo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Pagina:** 3 e 4

Copyright © Clipclap 2025.